

Tribunal De Contas Da União E A Nova Lei De Licitações E Contratos PDF

ANA LUIZA JACOBY FERNANDES



Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Sobre o livro

A Lei nº 14.133/2021 representa não apenas a implementação de um novo regime para contratações públicas, mas também um marco no que diz respeito ao controle exercido pelos Tribunais de Contas sobre licitações e contratos. Este guia destina-se àqueles envolvidos no Tribunal de Contas da União, oferecendo uma visão clara e fundamentada – fundamentada na Constituição e na legislação atual – sobre como o controle deste órgão deve funcionar em relação às licitações e contratos públicos sob a égide da Lei nº 14.133/2021.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Por que usar o aplicativo Bookey é melhor do que ler PDF?



Teste gratuito com Bookey



Ad



Experimente o aplicativo Bookey para ler mais de 1000 resumos dos melhores livros do mundo

Desbloqueie **1000+** títulos, **80+** tópicos

Novos títulos adicionados toda semana

Product & Brand

Liderança & Colaboração

Gerenciamento de Tempo

Relacionamento & Comunicação

Estratégia de Negócios

Criatividade

Memórias

Conheça a Si Mesmo

Psicologia Positiva

Empreendedorismo

História Mundial

Comunicação entre Pais e Filhos

Autocuidado

Mindfulness

Visões dos melhores livros do mundo

Gerenciamento de Tempo

Os 7 Hábitos das Pessoas Altamente Eficazes



Mini Hábitos



Hábitos Atômicos



O Clube das 5 da Manhã



Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas



Como Não



Teste gratuito com Bookey





Por que o Bookey é um aplicativo indispensável para amantes de livros



Conteúdo de 30min

Quanto mais profunda e clara for a interpretação que fornecemos, melhor será sua compreensão de cada título.



Clipes de Ideias de 3min

Impulsione seu progresso.



Questionário

Verifique se você dominou o que acabou de aprender.



E mais

Várias fontes, Caminhos em andamento, Coleções...

Teste gratuito com Bookey





As melhores ideias do mundo desbloqueiam seu potencial

Essai gratuit avec Bookey



Digitalizar para baixar

Tribunal De Contas Da União E A Nova Lei De Licitações E Contratos Resumo

Escrito por IdeaClips

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Quem deve ler este livro Tribunal De Contas Da União E A Nova Lei De Licitações E Contratos

O livro "TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO E A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS", de Ana Luiza Jacoby Fernandes, é altamente recomendado para profissionais da área pública, como servidores e gestores que atuam em licitações e contratos, além de contadores e advogados especializados em direito administrativo. Também é uma leitura valiosa para acadêmicos e estudantes de direito, administração pública e ciência política que desejam compreender as implicações da nova legislação nas práticas de controle e na fiscalização das contas públicas. Além disso, qualquer cidadão interessado em como a gestão pública se relaciona com a transparência e a responsabilidade fiscal poderá enriquecer-se com os insights do livro.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Principais insights de Tribunal De Contas Da União E A Nova Lei De Licitações E Contratos em formato de tabela

Capítulo	Tema	Resumo
1	Introdução ao Tribunal de Contas da União (TCU)	Apresenta o papel do TCU no controle das contas públicas, destacando suas funções e importância na fiscalização da administração pública.
2	A Nova Lei de Licitações e Contratos	Discute a Lei nº 14.133/2021, que apresenta mudanças significativas nas normas de licitações e contratos administrativos no Brasil.
3	Relação entre o TCU e a Nova Lei	Analisa como o TCU se adaptará e supervisionará as novas diretrizes estabelecidas pela nova legislação de licitações.
4	Princípios e Diretrizes	Examina os princípios basilares da nova lei, como a transparência, a publicidade e a busca pela eficiência nas licitações e contratos.
5	Fases do Processo Licitatório	Explica as etapas do processo licitatório conforme a nova lei, desde a elaboração do edital até a execução do contrato.
6	Modalidades de Licitação	Descreve as diferentes modalidades de licitação previstas na nova lei, incluindo concorrência, pregão, e inexigibilidade.
7	Controle Externo e	Explora a relação entre o controle externo exercido pelo TCU e a necessidade de



Capítulo	Tema	Resumo
	Compliance	compliance nas contratações públicas.
8	Desafios e Perspectivas	Aborda os principais desafios para a implementação da nova lei e as perspectivas futuras para o controle de licitações e contratos.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Tribunal De Contas Da União E A Nova Lei De Licitações E Contratos Lista de capítulos resumidos

1. O Papel do Tribunal de Contas na Fiscalização das Licitações e Contratos Públicos
2. Principais Mudanças Introduzidas pela Nova Lei de Licitações e Contratos
3. Interpretação e Aplicação da Nova Legislação pelo TCU
4. Desafios e Oportunidades na Implementação da Nova Lei de Licitações
5. Estudos de Caso: A Contribuição do TCU para o Aperfeiçoamento de Licitações
6. Conclusões e Perspectivas Futuras para o Controle das Licitações e Contratos

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

1. O Papel do Tribunal de Contas na Fiscalização das Licitações e Contratos Públicos

O Tribunal de Contas da União (TCU) desempenha um papel fundamental na supervisão e fiscalização das licitações e contratos públicos no Brasil. Sua função primordial é garantir a correta aplicação dos recursos públicos, assegurando que as operações do governo sejam transparentes, eficientes e em conformidade com a legislação vigente. Essa responsabilidade abrange desde a análise dos editais de licitação até a auditoria dos contratos firmados, buscando sempre a proteção do interesse público e a minimização de corrupção e irregularidades.

Com a implementação da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), o TCU se vê diante de novos desafios e oportunidades de aprimorar suas atividades de controle. A nova legislação traz mudanças significativas no panorama das contratações públicas, aumentando a complexidade dos processos, mas, ao mesmo tempo, proporcionando a chance de modernizar e fortalecer os mecanismos de fiscalização. O TCU deve adaptar suas práticas e metodologias à nova realidade, garantindo que as inovações sejam utilizadas de forma que promovam um controle mais eficiente e eficaz.

Em sua atuação, o TCU realiza auditorias e inspeções que visam avaliar a legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e efetividade das



licitações e contratos. Essas atividades têm como finalidade identificar falhas e excessos, propor recomendações e, quando necessário, responsabilizar gestores que não cumpram com suas obrigações legais. A atuação do TCU não se limita apenas à fiscalização reativa, mas também inclui uma abordagem proativa, por meio da emissão de pareceres, normatizações e orientações dirigidas aos gestores públicos, com o intuito de prevenir irregularidades antes que aconteçam.

Outro aspecto relevante na atuação do Tribunal de Contas é a integração com outras instâncias de controle, tanto a nível federal, como estadual e municipal. Essa colaboração busca um controle mais abrangente, onde informações e experiências são trocadas para fortalecer as ações de fiscalização em todas as esferas de governo. O TCU, por sua vez, tem investido em tecnologias e ferramentas modernas, inserindo-se na era da digitalização e do uso de dados, o que possibilita uma fiscalização mais ágil e precisa.

Além disso, a educação e capacitação de gestores públicos também constituem um pilar importante na atuação do Tribunal. O TCU tem promovido programas de treinamento e capacitação voltados para o entendimento das novas regras e forçando a formação contínua em temas de licitações e contratos. Isso não apenas contribui para a melhoria da gestão pública, mas também fortalece a cultura de compliance e a responsabilidade



entre os gestores.

Em suma, o papel do Tribunal de Contas da União na fiscalização das licitações e contratos públicos se reveste de uma importância central para o fortalecimento da governança pública no Brasil. Com a entrada em vigor da Nova Lei de Licitações e Contratos, o TCU tem a oportunidade de reformular suas práticas, adaptando-se a um novo contexto que requer mais transparência e eficiência, sempre com o objetivo de garantir que as verbas públicas sejam utilizadas de forma responsável e em benefício da sociedade.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

2. Principais Mudanças Introduzidas pela Nova Lei de Licitações e Contratos

A nova Lei de Licitações e Contratos, sancionada em 2021, trouxe mudanças significativas para a legislação que regulamenta as contratações públicas no Brasil. Uma das principais inovações foi a unificação das leis anteriores, pela primeira vez englobando os dispositivos que regiam não apenas as licitações, mas também os contratos administrativos numa única normativa, facilitando a compreensão e aplicação da legislação.

Entre as principais mudanças, destaca-se a introdução do critério de julgamento pela técnica e preço, que pode ser utilizado em situações específicas, permitindo uma avaliação mais equitativa das propostas. Além disso, a nova lei prevê a possibilidade de contratações diretas em situações de emergência de forma mais clara e objetiva, garantindo agilidade sem desvirtuar os princípios da competitividade e da transparência.

Outra inovação importante diz respeito ao tratamento diferenciado para micro e pequenas empresas. A nova legislação estabelece que essas empresas terão prioridade nas contratações, além de permitir a ampliação dos limites para dispensa de licitação, o que favorece a formalização dessas entidades no ambiente de compras públicas.

A lei também traz um novo conceito de contratante, permitindo a



participação das entidades da Administração Pública que, até então, não estavam expressamente contempladas, como as autarquias e fundações públicas, ampliando o universo de normas aplicáveis às licitações. A introdução do Sistema de Registro de Preços (SRP) também é relevante, permitindo maior agilidade nas contratações futuras por meio da prévia seleção de fornecedores.

Além disso, a nova norma implementou a obrigatoriedade do uso da plataforma digital para as contratações, seguindo a tendência de digitalização das administrações públicas, o que promete aumentar a transparência e a eficiência dos processos licitatórios. O surgimento do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) será um marco neste contexto, reunindo informações relevantes e facilitando o acesso aos dados por parte da sociedade.

Ademais, a nova lei reforça os mecanismos de controle social, possibilitando maior participação popular e fiscalizatória em todo o processo de licitação e execução contratual. O fortalecimento do papel dos Tribunais de Contas se torna essencial neste cenário, pois a efetividade dessas propostas dependerá do acompanhamento rigoroso e da fiscalização efetiva das novas diretrizes estabelecidas, garantindo que os princípios da legalidade, eficiência, e moralidade sejam respeitados.



Por fim, a nova legislação representa um avanço substancial no âmbito das contratações públicas, não apenas pela modernização das normas e procedimentos, mas também pela promoção de uma cultura de integridade e transparência, pilares fundamentais para a construção de uma administração pública mais eficiente e comprometida com o interesse público.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

3. Interpretação e Aplicação da Nova Legislação pelo TCU

A interpretação e aplicação da nova legislação de licitações e contratos públicos pelo Tribunal de Contas da União (TCU) representam um marco significativo na regulamentação do uso do recurso público em nosso país. Com a entrada em vigor da Lei nº 14.133/2021, que revogou a Lei nº 8.666/1993, o TCU assume uma função ainda mais proativa na fiscalização e no assessoramento dos gestores públicos, ajustando sua atuação às novas diretrizes e princípios que regem os processos de compra pública.

Um dos aspectos fundamentais da nova lei é a busca pela eficiência e transparência. O TCU tem, portanto, o desafio de interpretar a legislação de forma a garantir que os princípios da administração pública sejam respeitados e que as contratações sejam realizadas de maneira técnica e com zelo aos interesses coletivos. O tribunal se vê diante da necessidade de adaptar suas diretrizes e abordagens de fiscalização, utilizando as novas ferramentas legais, como os novos tipos de licitação e a possibilidade de utilizar meios digitais, que a nova lei proporciona.

Além disso, o TCU se encarrega de disseminar orientações sobre a aplicação das diretrizes da nova lei, promovendo capacitação e orientando os órgãos públicos sobre as melhores práticas. A nova legislação trouxe inovações como a possibilidade de contratação integrada e a adoção de um novo



sistema de análise de riscos, e cabe ao TCU interpretar esses aspectos com o intuito de auxiliar a administração pública na sua implementação adequada. É essencial que essas inovações sejam compreendidas não apenas como mudanças na forma de licitar, mas também como uma oportunidade para fortalecer o controle social e a legitimação das ações públicas frente à sociedade.

Na interpretação da nova legislação, o TCU deverá se atentar para a tipificação de modalidades de licitação e as especificidades em cada caso, criando parâmetros que orientem tanto os gestores públicos quanto os fiscalizadores. O tribunal tem o papel de estabelecer diretrizes claras para prevenir irregularidades e garantir que a atuação dos gestores esteja em conformidade com a legislação, resguardando assim a moralidade e a eficiência dos processos administrativos.

Outro ponto relevante diz respeito à integração entre os departamentos de controle interno e o TCU. A nova legislação estimula a colaboração entre órgãos de controle, e o TCU, ao aplicar sua interpretação dos novos dispositivos legais, deve promover a troca de informações e experiências, consolidando assim uma rede de fiscalização articulada e mais eficaz.

Por fim, a aplicação da nova lei pelo TCU também tem um caráter educativo. O tribunal não atua apenas como instância penalizadora, mas



também como orientador, propiciando um ambiente onde há aprendizado contínuo e aprimoramento do conhecimento relacionado à melhor utilização dos recursos públicos. Desta forma, o TCU busca não apenas garantir o cumprimento da lei, mas também contribuir para a construção de uma cultura de integridade e responsabilidade no uso do dinheiro público, reafirmando seu papel central na promoção da boa governança e no fortalecimento do Estado democrático.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

4. Desafios e Oportunidades na Implementação da Nova Lei de Licitações

A implementação da nova Lei de Licitações e Contratos, embora traga importantes avanços, impõe uma série de desafios que não de ser superados para que seus objetivos sejam plenamente alcançados. Um dos principais desafios refere-se à adaptação das estruturas administrativas das entidades públicas às novas exigências da legislação. Os órgãos públicos frequentemente apresentam uma cultura arraigada em disposições anteriores, e essa transição para novas práticas demanda não apenas uma atualização normativa, mas também um esforço para promover uma mudança cultural.

Outro aspecto crítico é a capacitação dos servidores responsáveis pela execução das licitações. A nova lei introduz conceitos inovadores, como a contratação integrada e o diálogo competitivo. A falta de conhecimento técnico adequado pode levar a erros na aplicação das diretrizes, resultando em potencial aumento de processos licitatórios mal elaborados, o que pode comprometer a transparência e a eficiência. Portanto, programas de treinamento e disseminação de melhores práticas são urgentes e necessários.

Além disso, é perceptível que as tecnologias da informação e comunicação desempenham um papel crucial na nova legislação. O impulsionamento da transparência e da eficiência via plataformas digitais é um dos pilares da nova lei. Entretanto, a implementação dessas tecnologias exige



investimentos significativos e a superação da resistência à mudança, além do desenvolvimento de infraestrutura adequada para sua operação em diversas esferas do governo.

Por outro lado, a nova legislação também se mostra como uma grande oportunidade. A ideia de promover maior transparência e competitividade nos processos licitatórios é um fator positivo que pode conduzir a uma correta aplicação dos recursos públicos. Com a nova lei, espera-se que haja um controle social mais eficaz, uma vez que as informações devem ser amplamente acessíveis, permitindo que a sociedade exerça sua função de fiscalização. Essa possibilidade de engajamento popular na fiscalização pode reduzir práticas corruptas e aumentar a confiança nas instituições.

Em termos de oportunidades também se destacam a possibilidade de inovação nas contratações públicas e a adoção de soluções mais criativas que podem resultar em ganhos de eficiência e economia. O incentivo à colaboração entre a iniciativa pública e privada, reuniões prévias de ajustes antes da licitação e a possibilidade de ajustes que enfatizam a importância do resultado final são exemplos de como a nova legislação pode facilitar novos rumos nas contratações e, assim, potencializar os benefícios para a administração pública e para os cidadãos.

Portanto, embora a nova Lei de Licitações e Contratos apresente desafios

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

consideráveis para sua implementação, ela também abre um leque de oportunidades que, se bem aproveitadas, poderão levar a uma gestão pública mais eficiente, transparente e integrada. Essa dualidade entre desafios e oportunidades deverá ser vista como um incentivo para que os órgãos fiscalizadores, como o Tribunal de Contas da União, trabalhem em conjunto com as entidades públicas, promovendo orientações e adaptações que permitam não apenas a superação das dificuldades, mas também a maximização dos resultados proporcionados pelas novas diretrizes.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

5. Estudos de Caso: A Contribuição do TCU para o Aperfeiçoamento de Licitações

No contexto da nova Lei de Licitações e Contratos, o Tribunal de Contas da União (TCU) desempenha um papel fundamental na fiscalização e aperfeiçoamento das práticas licitatórias no Brasil. Através de diversas iniciativas e estudos de caso, o TCU tem demonstrado sua capacidade de influenciar práticas mais rigorosas e transparentes, garantindo a melhor aplicação dos recursos públicos e a promoção da concorrência leal.

Um dos estudos de caso mais significativos abordados no livro envolve a análise de contratações emergenciais realizadas durante a pandemia de COVID-19. O TCU mobilizou esforços para verificar a regularidade das despesas e a adequação das contratações emergenciais, realizando auditorias que resultaram em recomendações que aprimoraram a legislação aplicável e as práticas administrativas. As recomendações geradas a partir dessas auditorias não apenas auxiliaram na melhoria da eficácia das aquisições urgentes, mas também reforçaram a necessidade de um controle mais robusto e eficiente dos processos de licitação, mesmo em situações excepcionais.

Outro exemplo apresentado é a atuação do TCU em contratos de grande porte, como os vinculados a obras de infraestrutura. O TCU tem conduzido auditorias que analisam desde a fase preparatória da licitação até a execução



contratual, identificando falhas na elaboração dos projetos e na execução dos contratos. Os relatórios trazem à tona práticas inadequadas, como ajustes no processo licitatório que podem favorecer determinadas empresas, o que levou a uma revisão de procedimentos e a um aperfeiçoamento das leis que regem as contratações públicas.

Além disso, estudos de caso que focam em parcerias público-privadas (PPPs) também são de grande relevância. O TCU avaliou diversas PPPs em andamento, analisando a transparência dos processos licitatórios e os impactos das contratações para a sociedade. A partir das recomendações do TCU, ocorreram ajustes em modelos de contrato e nas estruturas de governança, que visam assegurar que os interesses públicos sejam prioritários em relação aos interesses privados.

Esses estudos de caso exemplificam a importância do Tribunal de Contas não só como um órgão de controle, mas também como um agente de transformação que propõe melhorias na legislação e nos processos licitatórios. Ao realizar auditorias, campanhas de sensibilização e programas de capacitação, o TCU não apenas fiscaliza; ele educa e orienta gestores públicos e empresas quanto às melhores práticas e à nova legislação. Esse ciclo de feedback contínuo é essencial para que o país alcance um nível mais alto de governança e transparência em suas licitações.



Portanto, a contribuição do TCU para o aperfeiçoamento das licitações transcende a simples fiscalização: ela se materializa em um esforço colaborativo entre a administração pública e os entes fiscalizados, onde se busca construir um ambiente de licitações mais íntegro, eficaz e alinhado às melhores práticas internacionais. Essa dinâmica é crucial para fortalecer a confiança da sociedade nas instituições e garantir que os recursos públicos sejam utilizados de maneira responsável e benéfica para a coletividade.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

6. Conclusões e Perspectivas Futuras para o Controle das Licitações e Contratos

As conclusões extraídas do estudo sobre o "Tribunal de Contas da União e a Nova Lei de Licitações e Contratos" revelam a importância crucial do TCU na promoção da transparência e da eficácia na gestão dos recursos públicos. A nova legislação, com suas modificações significativas, propõe um ambiente mais aprimorado para a realização de licitações, mas também impõe desafios que precisam ser enfrentados com determinação e criatividade.

A atuação do TCU, que já se destacava por sua vigilância rigorosa, agora apresenta um novo vetor de fiscalização, proporcionando um suporte ainda mais robusto na modernização dos processos licitatórios. O fortalecimento das diretrizes e mecanismos de controle promove um alinhamento necessário entre os objetivos de eficiência administrativa e a proteção do patrimônio público. Neste contexto, a função de orientar e capacitar gestores públicos torna-se ainda mais essencial, não apenas para prevenir irregularidades, mas também para incentivar uma cultura de compliance e boa governança.

As perspectivas futuras para o controle das licitações e contratos públicos se mostram promissoras, mas exigem um esforço contínuo por parte do TCU e dos órgãos envolvidos na administração pública. A aplicação consistente da nova lei deve contemplar um monitoramento sistemático das práticas



licitatórias, com o desenvolvimento de indicadores que contemplem não apenas a legalidade dos atos, mas também a eficiência e a eficácia dos resultados alcançados.

Uma análise atenta dos casos práticos já verificados evidenciará o impacto positivo da atuação do TCU no processo licitatório. Estudos de caso devem ser utilizados como ferramenta de aprendizado, permitindo a identificação de boas práticas e o compartilhamento de experiências que podem servir de modelo para outras esferas de governo e para a sociedade civil. Essa troca de experiências e conhecimentos se mostra fundamental para a melhoria contínua dos procedimentos e para a construção de um ambiente de confiança e integridade na gestão pública.

A criação de novas tecnologias e a utilização de sistemas eletrônicos também representam um caminho inovador para a fiscalização e controle de licitações. A digitalização de processos e a utilização de big data podem proporcionar uma análise mais profunda e em tempo real das práticas administrativas, permitindo ao TCU uma atuação mais proativa.

Por fim, a interação entre o TCU e outros órgãos de controle e fiscalização deve ser fortalecida, criando uma rede de colaboração que amplifique a eficácia das ações de controle. O diálogo entre auditorias internas e externas, aliados a uma comunicação aberta com a sociedade, contribuirão para a



formação de um sistema de controle mais coeso e eficaz.

Em suma, embora os desafios que a nova legislação impõe sejam consideráveis, as oportunidades para uma gestão pública mais transparentes e responsável são igualmente vastas. O TCU possui um papel essencial nesse contexto, devendo ser um catalisador para a promoção de práticas administrativas que não apenas respeitem a legislação, mas que também assegurem um uso mais ponderado e responsável dos recursos públicos.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

5 citações chave de Tribunal De Contas Da União E A Nova Lei De Licitações E Contratos

1. A nova lei de licitações e contratos busca promover maior transparência e eficiência nos processos de contratação pública.
2. O Tribunal de Contas da União desempenha um papel fundamental na fiscalização da correta aplicação das normas licitatórias.
3. As alterações na legislação incentivam a inovação e a competitividade entre fornecedores no setor público.
4. A continuidade da educação dos agentes públicos é essencial para garantir a correta implementação das novas regras de licitações.
5. A integração entre controle interno e externo é crucial para a eficácia das políticas públicas e para o uso responsável dos recursos federais.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar



Digitalizar para baixar



Bookey APP

Mais de 1000 resumos de livros para fortalecer sua mente

Mais de 1M de citações para motivar sua alma

Clipes de ideias de 3 minutos

Acelere seu progresso

Evitar Críticas em Relacionamentos Interpessoais

Criticar os outros apenas provoca resistência e prejudica a autoestima deles, despertando ressentimento ao invés de resolver problemas. Lembre-se de que qualquer tolo pode criticar, mas é preciso caráter e autocontrole para ser compreensivo e perdoar.

Exemplo(s) ▶

Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas

Mantenha a Sequência

Desafio de crescimento de 21 dias

Desafio de Crescimento Pessoal de 21 Dias

Meta diária: 0/5 min
Lêla ou ouça para atingir sua meta

1	2	3	4	5
6	7	8	9	10
11	12	13	14	15
16	17	18	19	20

DIA 21
Obter recompensa do desafio

0 vezes
Você completou

Descobrir Biblioteca Eu

Escolha sua área de foco

Quais são seus objetivos de leitura?

Escolha de 1 a 3 objetivos

- Ser uma pessoa eficaz
- Ser um pai melhor
- Ser feliz
- Melhorar habilidades sociais
- Abrir a mente com novos conheci...
- Ganhar mais dinheiro
- Ser saudável

Continuar